



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
*SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL*  
*DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES*

TCDF – SEFIPE - DIADM  
Folha nº 424  
Processo nº 5766/07  
Rubrica.....

**Processo nº 5766/07**

**Órgão de Origem: Secretaria de Educação do Distrito Federal**

**Assunto: Admissão de Pessoal**

**Montante em Exame: R\$ 20.666,81 (edital de 25/11/96) R\$ 49.990,07 + (edital de 22/08/97) + R\$ 1.790,91 (edital de 30/10/98) + R\$ 7.925,39 (edital de 11/11/99) + R\$ 21.487,95 (edital de 16/11/00) = R\$ 101.861,13.**

**Ementa: Exame da legalidade, para fins de registro, de admissões decorrentes de concurso público para o cargo de Professor. Legalidade de admissões. Diligência. Reiteração de diligência. Prorrogação de prazo. Cumprimento de diligência. Legalidade de admissões. Diligência. Três reiterações. Cumprimento parcial de diligência. Nova diligência.**

- Cumprimento de diligência. Legalidade de admissões. Conhecimento de admissões e posteriores exonerações. Arquivamento.

Senhor Secretário Substituto,

O presente processo tem por objeto o exame de admissões no cargo de Professor, cujos documentos constam do Processo nº 080-004.335/2001 – Volume 2, devolvido à jurisdição.

2. Na última oportunidade em que se pronunciou nos autos, a Corte, a teor da Decisão nº 1511/13 (fls. 233 e 234), dentre outras medidas, deliberou por:

...

**II - reiterar à Secretaria de Estado de Educação do DF a diligência ordenada no item III, alínea “b”, da Decisão nº 6.063/2009, para cumprimento no prazo de 30 (trinta) dias;<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> III – b) solicitar que aquela jurisdição confirme se a segunda acumulação do servidor Ricardo da Silva Gelak, também de Professor com o cargo de Sargento da Aeronáutica foi elidida, porquanto a matrícula ali indicada refere-se a outro interessado e não consta data de exoneração e, ademais, consoante constatado, o servidor



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES**

TCDF – SEFIPE - DIADM  
Folha nº 425  
Processo nº 5766/07  
Rubrica.....

...

**IV** – determinar à Secretaria de Educação que, no prazo de 30 (trinta) dias: **a)** encaminhe ao Tribunal informações acerca da acumulação de cargos declarada pelos seguintes servidores nas respectivas fichas admissionais juntadas ao Processo nº 080.004335/2001 – volume 2 (folhas abaixo indicadas): cargo, emprego, função ou proventos de aposentadoria acumulados, instituição em que ocorreu a acumulação, data de ingresso e, se for o caso, de desligamento, carga horária e horários cumpridos na época da admissão no cargo de Professor e parecer, homologado, da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos: **Elaine Mendes Pereira** (fl. 1276), **Maria das Dôres Pereira dos Santos** (fl. 808), **Iracema de Abrantes Souto** (fl. 982), **Maria da Conceição Gomes Gama** (fl. 624), **Francisca Gonçalves Bertoldo** (fl. 928), **Martha de Oliveira** (fl. 800), **Constantino Campos de Oliveira** (fl. 916), **Daniela da Conceição Oliveira Lima** (fl. 1140), **Eliane Monteiro França** (fl. 752), **Maria Helena Galvão Sabino** (fl. 1298), **Aquiléa Rocha** (fl. 820), **Elmo Ferreira de Barros** (fl. 674) e cópia do ato de desligamento do servidor do Exército; **b)** esclareça o fato de a Matrícula nº 202.327-X, indicada na ficha admissional de fl. 808 do Processo nº 080.004335/2001- volume 2 e no Ofício nº 648/2011-GAB como sendo de **Maria das Dôres Pereira dos Santos**, constar, no SIGRH, como sendo de Maria das Dôres da Silva Ferreira; **c)** informe sobre o desfecho do processo destinado a apurar a acumulação de proventos de militar com o exercício de dois cargos de Professor (Matrículas nºs 073.027-0 e 202.414-4, do qual foi desligado em 02.05.2011) por **Tubias Alves Souza Rosa** e das providências decorrentes; **d)** encaminhe cópia da decisão da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos que considerou ilícita a acumulação de cargos por **Dóris de Paiva Amaral**, devidamente homologada, bem como informações sobre a acumulação na época da admissão no cargo de Professor (cargo, nome da instituição, carga horária e horários) relativamente aos dois cargos (o da aposentadoria e o de Professor, Matrícula nº 202.364-4) e informe o motivo pelo qual a servidora foi convocada por meio do Memorando nº 07/2011-SUGEPE/CPAC; **e)** encaminhe cópia da decisão da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos que considerou ilícita a acumulação de dois cargos de Professor (Matrículas nºs 094.728-8 e 202.431-4) por **Maria Lúcia Vieira**, devidamente homologada, bem como informações sobre a acumulação (cargo, nome da instituição, carga horária e horários) relativamente aos dois cargos (o da aposentadoria e o de Professor, Matrícula nº 202.431-4) e o motivo pelo qual a servidora foi convocada por meio do Memorando nº 08/2001-SUGEPE/CPAC; **f)** encaminhe cópia do parecer da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos sobre a acumulação do cargo de Professor (Matrícula nº 202.271-0) com o posto, patente ou graduação de Militar reformado por **Hélio Eustáquio Esteves** e informação acerca do motivo pelo qual o ex-servidor fora convocado pelo Memorando nº 08/2011-SUGEPE/CPAC e sobre as providências tomadas diante da decisão do STF que julgou improcedente o recurso extraordinário interposto pelo ex-servidor;

3. Em cumprimento à citada deliberação a jurisdicionada encaminhou o Ofício nº 1140/2013-GAB/SE e anexos (fls. 237 a 392) e Ofício

---

contava anteriormente com “vínculo temporário” com a SE/DF, a despeito da menção de uma “vacância” tratada no Processo nº 9.957/05;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES**

TCDF – SEFIPE - DIADM  
Folha nº 426  
Processo nº 5766/07  
Rubrica.....

nº1597/2013-GAB/SE e anexos (fls. 393 a 417), cujas informações a seguir analisaremos.

**II -** reiterar à Secretaria de Estado de Educação do DF a diligência ordenada no item III, alínea “b”, da Decisão nº 6.063/2009, para cumprimento no prazo de 30 (trinta) dias;

**III – b)** solicitar que aquela jurisdicionada confirme se a segunda acumulação do servidor Ricardo da Silva Gelak, também de Professor com o cargo de Sargento da Aeronáutica foi elidida, porquanto a matrícula ali indicada refere-se a outro interessado e não consta data de exoneração e, ademais, consoante constatado, o servidor contava anteriormente com “vínculo temporário” com a SE/DF, a despeito da menção de uma “vacância” tratada no Processo nº 9.957/05;

4. Pelas informações encaminhadas pela Secretaria e extraídas do Sistema de Registro de Admissões e Concessões - SIRAC, do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH e do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, a situação de Ricardo da Silva Gelak é a seguinte:

- acumulou de 15.2.01 a 17.9.01 (data exoneração) o cargo de Professor na SE (matrícula nº 202.259-1) com a graduação de Sargento da Aeronáutica;

- acumulou de 21.2.03 a 24.8.04 (data exoneração) o cargo de Professor na SE (matrícula nº 205.106-1) com a graduação de Sargento da Aeronáutica;

- em 01.01.10 foi admitido no cargo de Papiloscopista do Departamento de Polícia Federal e permanece até a presente data;

- em 8.2.10 foi admitido no cargo de Professor de Educação Básica da SE e permanece até a presente data (admissão e acumulações analisadas no Processo nº 14709/12).

5. Desta forma, como o servidor desligou-se do cargo de Professor, cuja legalidade analisamos nos presentes autos (matrícula nº 202.259-1), entendemos que a Corte possa tomar conhecimento de sua admissão e posterior exoneração e considerar cumprida a diligência em foco.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES**

TCDF – SEFIPE - DIADM  
Folha nº 427  
Processo nº 5766/07  
Rubrica.....

**IV** – determinar à Secretaria de Educação que, no prazo de 30 (trinta) dias:

**a)** encaminhe ao Tribunal informações acerca da acumulação de cargos declarada pelos seguintes servidores nas respectivas fichas admissionais juntadas ao Processo nº 080.004335/2001 – volume 2 (folhas abaixo indicadas): cargo, emprego, função ou proventos de aposentadoria acumulados, instituição em que ocorreu a acumulação, data de ingresso e, se for o caso, de desligamento, carga horária e horários cumpridos na época da admissão no cargo de Professor e parecer, homologado, da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos: **Elaine Mendes Pereira** (fl. 1276), **Maria das Dôres Pereira dos Santos** (fl. 808), **Iracema de Abrantes Souto** (fl. 982), **Maria da Conceição Gomes Gama** (fl. 624), **Francisca Gonçalves Bertoldo** (fl. 928), **Martha de Oliveira** (fl. 800), **Constantino Campos de Oliveira** (fl. 916), **Daniela da Conceição Oliveira Lima** (fl. 1140), **Eliane Monteiro França** (fl. 752), **Maria Helena Galvão Sabino** (fl. 1298), **Aquiléa Rocha** (fl. 820), **Elmo Ferreira de Barros** (fl. 674) e cópia do ato de desligamento do servidor do Exército;

6. Abaixo a situação dos servidores em questão, conforme informações constantes dos dois expedientes enviados pela Secretaria:

- Elaine Mendes Pereira – conforme quadro de fl. 395, a servidora ocupava o cargo de Professor na Prefeitura Municipal de Valparaíso de Goiás/GO, tendo sido exonerada daquele vínculo, conforme documento de fl. 399. Assim, sugerimos que a admissão da servidora na Secretaria de Educação seja considerada legal;

- Maria da Dôres Pereira dos Santos – conforme quadro de fl. 395, a servidora ocupava o cargo de Professor do Governo do Estado de Goiás, tendo sido exonerada daquele vínculo, conforme documento de fl. 408. Assim, sugerimos que a admissão da servidora na Secretaria de Educação seja considerada legal;

- Iracema de Abrantes Souto – conforme quadro de fl. 241, a servidora declarou acumular o cargo de Professor/SE (20 horas – noturno) com o cargo de Assistente Social da Secretaria de Saúde (40 horas – matutino e vespertino). A acumulação encontra amparo na Constituição Federal, podendo a admissão ora analisada ser considerada legal;

- Maria da Conceição Gomes Gama – conforme quadro de fl. 395, a servidora declarou acumular o cargo de Professor/SE com proventos de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES**

TCDF – SEFIPE - DIADM  
Folha nº 428  
Processo nº 5766/07  
Rubrica.....

aposentadoria/INSS. Portanto, a situação da servidora é regular, podendo sua admissão ser considerada legal;

- Francisca Gonçalves Bertoldo – conforme quadro de fl. 241, a servidora acumula o cargo de Professor/SE (40 horas – matutino e noturno) com o cargo eletivo de vereador da Câmara Municipal de Planaltina de Goiás/GO (turno vespertino). Havendo compatibilidade de horários, a acumulação encontra amparo na Constituição Federal. Assim, a admissão da Secretaria de Educação pode ser considerada legal;

- Martha de Oliveira – conforme quadro de fl. 241, a servidora declarou acumular o cargo de Professor/SE (40 horas – matutino e vespertino) com o cargo de Professor da Secretaria de Educação de Goiás (20 horas - noturno). Restou a jurisdicionada informar em qual município do Estado de Goiás a servidora leciona. Em contato telefônico com a jurisdicionada, apuramos que Martha de Oliveira tem exercício no Novo Gama/GO. Desta forma, entendemos que sua admissão possa ser considerada legal;

- Constantino Campos de Oliveira - conforme quadro de fl. 241, o servidor declarou acumular o cargo de Professor/SE (40 horas – matutino e noturno) com o cargo de Professor da Secretaria Municipal de Educação de Goiás (20 horas - vespertino). Restou a jurisdicionada informar em qual município do Estado de Goiás o servidor leciona. No entanto, em pesquisa junto ao SIGRH, constatamos que o servidor já se desligou da jurisdicionada, cópia à fl. 423. Como os cargos são acumuláveis, entendemos que a Corte possa considerar legal a admissão de Constantino Campos de Oliveira;

- Daniela da Conceição Oliveira Lima - conforme quadro de fl. 241, a servidora declarou acumular o cargo de Professor/SE (20 horas – vespertino) com o cargo de Professor da Secretaria Estadual de Educação de Goiás (20 horas - matutino). Restou a jurisdicionada informar em qual município do Estado de Goiás a servidora leciona. Em contato telefônico com a jurisdicionada, apuramos que Daniela da Conceição Oliveira Lima tem



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES**

TCDF – SEFIPE - DIADM  
Folha nº 429  
Processo nº 5766/07  
Rubrica.....

exercício no Novo Gama/GO. Desta forma, entendemos que sua admissão possa ser considerada legal;

- Eliane Monteiro França - conforme quadro de fl. 241, a servidora declarou acumular o cargo de Professor/SE (40 horas – matutino e vespertino) com o cargo de Professor da Escola Municipal de Monte Alto – Prefeitura Municipal de Padre Bernardo/GO (20 horas - noturno). A acumulação encontra amparo na Constituição Federal, podendo a admissão ora analisada ser considerada legal;

- Maria Helena Galvão Sabino - conforme quadro de fl. 241, a servidora declarou acumular o cargo de Professor/SE (20 horas – vespertino) com o cargo de Professor da Escola Municipal de Valparaíso de Goiás/GO (20 horas - matutino). A acumulação encontra amparo na Constituição Federal, podendo a admissão ora analisada ser considerada legal;

- Aquiléa Rocha - conforme fl. 238, a servidora ocupava o cargo de Professor da Secretaria de Educação do Estado de Goiás, tendo sido exonerada daquele vínculo, conforme documento de fl. 275. Assim, sugerimos que a admissão da servidora na Secretaria de Educação seja considerada legal;

- Elmo Ferreira de Barros – de acordo com quadro de fl. 241, o servidor foi desligado do Exército Brasileiro em 15.12.00 (declaração de fl. 269). Ocorre que, conforme apurado no relatório precedente de fls. 205 a 219, constou na RAIS 2009 vínculo do servidor com o Comando do Exército. Assim, a informação encaminhada pela jurisdicionada conflita com os dados lançados na RAIS. Entretanto, em pesquisa junto ao SIGRH, constatamos que o servidor foi exonerado em 01.12.11 e a possível acumulação elidida, motivo pelo qual sugerimos à Corte relevar a falha apontada e tomar conhecimento da admissão e posterior exoneração de Elmo Ferreira de Barros.

7. Desta forma, entendemos que a diligência em análise foi



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES**

TCDF – SEFIPE - DIADM  
Folha nº 430  
Processo nº 5766/07  
Rubrica.....

atendida.

b) esclareça o fato de a Matrícula nº 202.327-X, indicada na ficha admissional de fl. 808 do Processo nº 080.004335/2001- volume 2 e no Ofício nº 648/2011-GAB como sendo de **Maria das Dôres Pereira dos Santos**, constar, no SIGRH, como sendo de Maria das Dores da Silva Ferreira;

8. Os documentos de fls. 401 a 411 comprovam que o nome da servidora acima foi alterado em função de casamento e posterior separação judicial. Destarte, tratando-se da mesma pessoa, entendemos que a diligência foi cumprida.

c) informe sobre o desfecho do processo destinado a apurar a acumulação de proventos de militar com o exercício de dois cargos de Professor (Matrículas nºs 073.027-0 e 202.414-4, do qual foi desligado em 02.05.2011) por **Tubias Alves Souza Rosa** e das providências decorrentes;

9. De acordo com o documento de fls. 238 e 239, Tubias Alves Souza Rosa ingressou no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF em 24.6.68 e passou para a reserva remunerada em 29.1.80. Em 27.3.79, assumiu o cargo de Professor na Secretaria de Educação (matrícula nº 73.027-0). Portanto, a acumulação ocorreu antes da publicação da Emenda Constitucional nº 20/98, que permitiu a ocupação dos dois vínculos, a teor de seu art. 11<sup>1</sup>.

10. Em 16.2.01, o servidor assumiu outro cargo de Professor da Secretaria de Educação (matrícula nº 202.414-4) e solicitou exoneração desse vínculo em 2.5.11, no curso do procedimento disciplinar para apuração da acumulação de cargos.

<sup>1</sup> **Art. 11** - A vedação prevista no art. 37, § 10, da Constituição Federal, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, servidores e militares, que, até a publicação desta Emenda, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da Constituição Federal, aplicando-se-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES**

TCDF – SEFIPE - DIADM  
Folha nº 431  
Processo nº 5766/07  
Rubrica.....

11. A Comissão de Inquérito Administrativo, em seu relatório de fls. 322 a 326, tendo em vista a exoneração de Tubias Alves de Souza Rosa, opinou pela absolvição do servidor, por não estar mais acumulando ilicitamente cargos públicos. O relatório foi integralmente acolhido pela Subsecretária de Gestão dos Profissionais da Educação/SE e o respectivo processo arquivado (fls. 328 a 330).

12. Tendo em vista a opção exercida pelo servidor, sugerimos que a Corte tome conhecimento de sua admissão de posterior exoneração do cargo de Professor/SE.

13. Entendemos atendida a diligência em foco.

d) encaminhe cópia da decisão da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos que considerou ilícita a acumulação de cargos por **Dóris de Paiva Amaral**, devidamente homologada, bem como informações sobre a acumulação na época da admissão no cargo de Professor (cargo, nome da instituição, carga horária e horários) relativamente aos dois cargos (o da aposentadoria e o de Professor, Matrícula nº 202.364-4) e informe o motivo pelo qual a servidora foi convocada por meio do Memorando nº 07/2011-SUGEPE/CPAC;

14. Verificamos que, inicialmente, a Comissão responsável pela análise da acumulação de cargos declarada pela servidora (aposentadoria no cargo de Professor da SE - 40 horas, matrícula nº 99.919-9 e cargo ativo de Professor da SE – 40 horas, matrícula nº 202.364-4), considerou ilícita a manutenção dos dois vínculos pelo excesso de carga horária (80 horas semanais), conforme relatório de fls. 280 a 282. Em razão disso, a servidora foi notificada para exercer o direito de opção por um dos dois cargos, por meio do Memorando nº 07/2001-SUGEPE/CPAC (fl. 279).

15. Inconformada, a servidora, por intermédio do Sindicato dos Professores no Distrito Federal – SINPRO/DF, interpôs Recurso Administrativo pleiteando a litude da acumulação de cargos em que incorria, com supedâneo em jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES**

TCDF – SEFIPE - DIADM  
Folha nº 432  
Processo nº 5766/07  
Rubrica.....

Territórios – TJDFT.

16. Posteriormente, a Comissão Permanente de Acumulação de Cargos, conforme parecer de fl. 301, concluiu que a servidora, na época da admissão no cargo de Professor matrícula 202.364-4, em 16.2.01, não possuía carga horária no outro cargo de Professor que ocupava por estar aposentada desde 22.4.98. Assim, a Comissão concluiu pela licitude da acumulação dos vínculos por Doris de Paiva Amaral, decisão acatada pela Subsecretária de Gestão dos Profissionais da Educação/SE (fl. 302).

17. Destarte, entendemos que a admissão da servidora possa ser considerada legal, para fins de registro.

18. Restou cumprida a diligência ora examinada.

e) encaminhe cópia da decisão da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos que considerou ilícita a acumulação de dois cargos de Professor (Matrículas nºs 094.728-8 e 202.431-4) por **Maria Lúcia Vieira**, devidamente homologada, bem como informações sobre a acumulação (cargo, nome da instituição, carga horária e horários) relativamente aos dois cargos (o da aposentadoria e o de Professor, Matrícula nº 202.431-4) e o motivo pelo qual a servidora foi convocada por meio do Memorando nº 08/2001-SUGEPE/CPAC;

19. Verificamos que, inicialmente, a Comissão responsável pela análise da acumulação de cargos declarada pela servidora (aposentadoria no cargo de Professor da SE - 40 horas, matrícula nº 94.728-2 e cargo ativo de Professor da SE – 40 horas, matrícula nº 202.431-4), considerou ilícita a manutenção dos dois vínculos pelo excesso de carga horária (80 horas semanais), conforme relatório de fls. 333 a 335. Em razão disso, a servidora foi notificada para exercer o direito de opção por um dos dois cargos, por meio do Memorando nº 08/2001-SUGEPE/CPAC (fl. 332).

20. Inconformada, a servidora ingressou com a Ação de Conhecimento nº 2011.01.1.086081-0 junto ao Tribunal de Justiça do Distrito



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES**

TCDF – SEFIPE - DIADM  
Folha nº 433  
Processo nº 5766/07  
Rubrica.....

Federal e Territórios – TJDF e logrou êxito na antecipação dos efeitos da tutela, posteriormente confirmada, conforme cópia da sentença de fls. 418 a 421.

21. Por este motivo, a Comissão Permanente de Acumulação da jurisdição emitia novo pronunciamento (fl. 362), acatado pela Subsecretaria de Gestão dos Profissionais da Educação/SE (fl. 363), no sentido de considerar lícita a acumulação de cargos declarada por Maria Lúcia Vieira.

22. Assim, a situação da servidora é semelhante à relatada nos parágrafos 16 e 17 deste relatório, motivo pelo qual entendemos que sua admissão possa ser considerada legal, para fins de registro.

23. Restou cumprida a diligência ora examinada.

f) encaminhe cópia do parecer da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos sobre a acumulação do cargo de Professor (Matrícula nº 202.271-0) com o posto, patente ou graduação de Militar reformado por **Hélio Eustáquio Esteves** e informação acerca do motivo pelo qual o ex-servidor fora convocado pelo Memorando nº 08/2011-SUGPE/CPAC e sobre as providências tomadas diante da decisão do STF que julgou improcedente o recurso extraordinário interposto pelo ex-servidor;

24. O servidor em questão, quando de sua admissão no cargo de Professor da Secretaria, em 15.2.01, declarou que se encontrava na reserva remunerada do Exército Brasileiro. Em 2.9.09, o servidor foi aposentado no cargo da Secretaria de Educação.

25. Na análise da acumulação acima, a Comissão responsável, tendo em vista o decidido pelo Supremo Tribunal Federal (RE nº 163.204-6), no sentido de não ser possível a aludida acumulação, considerou ilícita a manutenção dos dois vínculos mencionados (relatório de fl. 366).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES**

TCDF – SEFIPE - DIADM  
Folha nº 434  
Processo nº 5766/07  
Rubrica.....

26. Inconformado, o servidor ingressou com ação no Poder Judiciário, mas não logrou êxito na demanda (fl. 368).

27. Posteriormente, a jurisdicionada, por meio do Memo. Nº 08/2011-SUGEPE/CPAC, convocou o servidor para exercer o seu direito de opção por um dos proventos. Conforme ato de fl. 391, Hélio Eustáquio Esteves renunciou à aposentadoria no cargo de Professor da SE.

28. Em consequência, entendemos que a Corte deva tomar conhecimento da admissão do servidor e posterior exoneração, restando cumprida a diligência em exame.

29. Nada mais havendo a ser tratado nos presentes autos, sugerimos o seu arquivamento.

Pelo exposto, propomos ao Plenário:

**I – tomar conhecimento:**

**I.a** - do Ofício nº 1140/2013-GAB/SE e anexos (fls. 237 a 392) e do Ofício nº 1597/2013-GAB/SE e anexos (fls. 393 a 417), encaminhados pela Secretaria de Educação, considerando cumprido o disposto na Decisão nº 1511/13;

**I.b** - dos documentos de fls. 418 a 423;

**I.c** – da admissão e posterior exoneração de Elmo Ferreira de Barros, Hélio Eustáquio Esteves, Ricardo da Silva Gelak e Tubias Alves de Souza Rosa no cargo de Professor da Secretaria de Educação;

**II** – considerar legais, para fins de registro, as seguintes admissões, em cumprimento ao disposto no art. 78, inciso III, da Lei Orgânica



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES**

TCDF – SEFIPE - DIADM  
Folha nº 435  
Processo nº 5766/07  
Rubrica.....

do Distrito Federal:

Edital n.º 1/96 - FEDF  
Cargo: Professor Nível 2  
Disciplina: História  
Elaine Mendes Pereira  
Maria da Conceição Gomes Gama  
Martha de Oliveira

Cargo: Professor Nível 3  
Disciplina: Geografia  
Constantino Campos de Oliveira

Edital n.º 1/97 – FEDF  
Cargo: Professor Nível 1  
Disciplina: Atividades  
Daniela da Conceição Oliveira Lima  
Eliane Monteiro França  
Maria das Dôres Pereira dos Santos  
Maria Helena Galvão Sabino

Cargo: Professor Nível 2  
Disciplina: Língua Portuguesa  
Aquiléa Rocha  
Francisca Gonçalves Bertoldo

Edital n.º 1/00 – SGA/SE  
Cargo: Professor Nível 2  
Disciplina: Matemática  
Dóris de Paiva Amaral

Cargo: Professor Nível 3  
Disciplina: Sociologia  
Iracema de Abrantes Souto

Cargo: Professor Nível 3  
Disciplina: Matemática  
Maria Lúcia Vieira

**III – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para fins de arquivamento.**

**À superior consideração.**

**Brasília, 10 de outubro de 2013.**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
*SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL*  
*DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES*

TCDF – SEFIPE - DIADM  
Folha nº 436  
Processo nº 5766/07  
Rubrica.....

**Carlos Eduardo B. Araújo**  
Diretor